

**D. Mauro-Giuseppe Lepori OCist**

## **A primazia da caridade**

### **Os impulsos da *Carta da Caridade***

Eu gostaria de iniciar este simpósio colocando-se à escuta da *Carta caritatis* (daqui em diante *CC*), aprovada pelo Papa Calisto II em 23 de dezembro de 1119, para acolher a sua mensagem profunda, a mensagem profunda que os nossos primeiros Pais na vocação cisterciense quiseram transmitir-nos como herança da sua experiência e como consciência do carisma recebido.

Vinte e um anos após a fundação de Cister, após a dolorosa decisão de sair de sua terra, de seu mosteiro de Molesmes; depois do retorno a Molesmes do abade Roberto, que havia liderado este êxodo; depois do abaciado de Alberico e sua morte; depois da experiência um pouco angustiante de permanecer pequeno, frágil, talvez destinado a morrer ao nascer, sem deixar rastros nem herança, como tantas experiências análogas daquela época; após a explosão de vocações iniciada provavelmente com a chegada de São Bernardo e de seus 30 companheiros e parentes; depois das primeiras fundações, feitas sob o impulso do número excessivamente elevado de filhos (é incrível que São Bernardo tenha sido enviado para fundar Claraval apenas dois anos após sua entrada no mosteiro!); depois certamente das primeiras experiências negativas nas relações entre as comunidades e os superiores; depois dos primeiros sinais também de relaxamento, de negligência, de infidelidade à Regra de São Bento e ao carisma cisterciense...; depois de tudo isto, e enquanto tudo isso estava acontecendo, eis que sob o impulso do abade Estêvão Harding esta nova experiência eclesial e monástica, esta nova família monástica, este novo fenômeno eclesial inspirado pelo Espírito compreende que é necessário dar-se uma regra de vida comum, um regulamento das relações entre comunidades, entre os abades, que seja para a família dos mosteiros o que a Regra de São Bento é para a família dos monges que vivem em um mosteiro.

Talvez esta seja a fundamental originalidade da *CC*: aquela de exprimir uma fidelidade à Regra de São Bento que entende que tudo aquilo que a Regra é para a comunhão de uma comunidade se pode e se deve viver na comunhão entre os mosteiros. É assim que nasce uma Ordem, uma família carismática. É como se uma célula entendesse que o que a torna viva e unida deve valer para todo o corpo, deve valer na relação com as outras células para formar um corpo vivo. Um corpo adulto começa com as poucas células que compõem um embrião, mas nenhuma célula pode permanecer viva se não viver na unidade do corpo. É uma lei que se aplica a toda a Igreja.

No caso de nossa Ordem, a *CC* expressa a consciência de que nenhum mosteiro da família nascida em Cister pode viver sozinho, pode viver de forma independente. Nem mesmo Cister, o Novo Mosteiro, o Mosteiro Mãe, pode viver sozinho. A *CC*, portanto, expressa também a necessidade que prova a comunidade de Cister de ser ajudada a permanecer fiel ao carisma recebido.

É assim que a Ordem nasceu como uma comunidade de comunidades, como comunidade de comunidades, como um corpo no qual os membros não são apenas os indivíduos que compõem a comunidade cristã, mas as comunidades individuais que compõem uma família de comunidades, uma família organizada de comunidades.

### **Consciência do carisma como vocação**

Esta consciência de precisar não ser autônomos, independentes, de precisar de ajuda recíproca, baseia-se na consciência de ter recebido um carisma, um dom do Espírito Santo, para frutificar, como um talento evangélico.

O carisma é uma graça, um dom, que o Senhor escolhe dar como vocação a certas pessoas ou comunidades, como missão na Igreja e para a salvação do mundo. O carisma não é uma graça que é feita para nos agradar, para nos honrar, para nos tornar mais importantes e deixar os outros com inveja: o carisma é uma graça que, para quem o recebe, torna-se vocação, torna-se uma tarefa. Claro, é um privilégio, é uma eleição o fato de que um determinado carisma é dado a um em vez de outro. Mas Deus escolhe, elege, para uma tarefa, para chamar para uma tarefa, à uma vocação e uma missão particulares a serviço do corpo da Igreja.

Quem entende isso em relação ao carisma que recebe, compreende também que tem uma responsabilidade, que o carisma chama de responsabilidade, chama a responder à vocação que o carisma representa. O homem que, na parábola de Mateus 25, 14-30, enterra seu talento ao invés de fazê-lo dar frutos, não acolheu o talento como um dom e vocação, não se comporta como responsável pelo talento, como responsável por um dom. Deus vem, de fato, pedir o talento recebido, vem pedir responsabilidade, e castiga e condena quem não acolheu o talento com responsabilidade, quem não viveu o dom do talento como uma tarefa, como vocação e missão (cf. Mt 25, 24-30).

A parábola dos talentos é muito esclarecedora quando é lida para entender o que significa um carisma e a vocação e a missão que ele implica. O homem que não faz o seu talento frutificar, justifica-se assim: "Senhor, eu sei que és um homem duro, que colhes onde não semeastes e recolhes onde não espalhastes. Tive medo e fui esconder o teu talento sob a terra: eis o que te pertence." (Mt 25,24b-25)

Este medo é muito semelhante ao medo de Deus de Adão e Eva depois do pecado, porque é um medo que leva a esconder-se e a esconder. Um medo, no entanto, que surge de um preconceito contra Deus, de um juízo sobre Ele que não é verdadeiro, que não surge de um encontro com Ele, mas daquilo que o homem imagina.

De fato, com os outros dois homens que receberam 5 e 2 talentos e os dobraram, o senhor não reage de maneira dura e exigente, mas com extrema benevolência e generosidade.

De fato, ele nada tira deles, não recebe nada de volta, mas dá-lhes ainda mais do que ganharam, investindo os talentos recebidos em dádiva, e os torna participantes de seu poder e alegria: "Eia, servo bom e fiel – disse a ele o seu senhor –, como foste fiel no pouco, eu te darei poder sobre muito; toma parte na alegria do teu senhor!" (Mt 25,21)

Eis que Deus concede os carismas com essa lógica, e podemos tratá-los como esses homens tratam os talentos que receberam. Podemos tratá-los com responsabilidade confiante no bom Senhor que no-los confia, ou de forma irresponsável, por causa do medo e desconfiança que temos diante de Deus. A falta de confiança em Deus que nos torna irresponsáveis no fundo vem do não reconhecer ou do esquecer que Deus nos confia os talentos, os carismas, não como um senhor duro e exigente, mas como um bom pai que quer nos tornar participantes do seu poder e da sua alegria: "Eu te darei poder sobre muito; toma parte da alegria do teu senhor". E Jesus novamente enfatiza essa lógica de Deus no final da parábola: "Porque àquele que tem, será dado e será em abundância; mas ao que não tem, será tirado mesmo aquilo que tem." (Mt 25,29)

A luz sobre essa lógica paradoxal vem apenas da consciência que o que está realmente em jogo nesta parábola é o amor, a caridade de Deus. Não por nada, imediatamente após essa parábola, Mateus insere a cena do julgamento final e universal em que Cristo virá no final dos tempos para nos julgar a respeito da caridade, do amor ao próximo que coincide com o amor a Ele: "Vinde, benditos de meu Pai, recebi em herança o reino preparado para vós desde a criação do mundo, porque eu estava com fome e me destes de comer, eu estava com sede e me destes de beber, eu era estrangeiro e me acolhestes, estava nu e me vestistes, doente e me visitastes, estava no cárcere e me visitastes. (...). Na verdade, eu vos digo: tudo o que fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes" (Mt 25, 34-36.40).

### **Partir novamente da primazia da caridade**

E aqui encontramos nossa "Carta da caridade", e o tema que eu deveria tratar: a primazia da caridade.

É evidente que a *CC* é baseada na consciência de fé, paulina e joaneia ao mesmo tempo, do primado da caridade, do *agape*, sobre todas as outras virtudes e carismas. De fato, no início da *CC*, se lê:

"Antes que as abadias cistercienses começassem a florescer, o senhor abade Estêvão e seus irmãos decidiram que, de maneira nenhuma, se ergueriam abadias na diocese de um bispo antes que este último tivesse aprovado e confirmado o decreto elaborado e confirmado pela comunidade de Cister e pelas outras comunidades dela nascidas: isto é, com o objetivo de evitar qualquer dissenso entre o bispo e os monges.

E assim, neste decreto, os irmãos precitados, querendo prevenir um eventual naufrágio da paz recíproca, elucidaram, estatuíram e transmitiram a seus descendentes, de modo muito claro, informações que permitiam saber em virtude de qual pacto, por qual modo de vida, ou antes por que tipo de caridade se deviam unir indissolúvelmente em espírito, seus monges corporalmente espalhados pelas abadias em diferentes pontos do mundo. Estimavam igualmente que este decreto deveria levar o nome de Carta de Caridade, porque suas disposições, rejeitando o fardo de qualquer exigência material, procuram exclusivamente a caridade e a utilidade das almas nas coisas divinas e humanas." (Prefácio)

A preocupação prioritária expressa neste documento fundador é que a unidade dos cistercienses no carisma permanecesse sempre fundada na caridade, na primazia da caridade em tudo, nas coisas divinas e nas coisas humanas.

A primeira pergunta, então, que penso que devemos colocar-nos na comemoração do aniversário da *CC*, especialmente se o comemoramos com o desejo de reavivar hoje o carisma cisterciense, é se estamos conscientes de que não há nenhuma reforma nem a fidelidade ao carisma sem o primado da caridade.

Hoje todos nos perguntamos como permanecer fiéis ao carisma e como fazê-lo dar frutos como um talento que nos foi confiado. Perguntamo-nos na situação de crise em que, de uma forma ou outra, nos encontramos todos, seja crescendo o número de membros da Família Cisterciense, seja diminuindo. Buscamos soluções, buscamos meios, buscamos métodos, buscamos estruturas.

O confronto, no entanto, com a *CC*, ou seja, com a maneira como nossos primeiros pais enfrentaram o tema da fidelidade ao talento do carisma em sua situação, nos faz perceber que eles colocaram tudo sob a primazia da caridade, e que a partir daí atraíram e compreenderam as soluções, os meios, os métodos e as estruturas necessárias para enfrentar e resolver os problemas da situação em que se encontravam. Não apenas isso: entendiam que a primazia da caridade tinha que permanecer para sempre o critério correto e fecundo para permanecer fiéis ao carisma, mesmo no futuro, mesmo para nós hoje.

Muitas vezes nos esquecemos disto durante estes nove séculos, nós vemos isto ao longo da história da Família Cisterciense, nós vemos isto em cada Ordem ou Congregação que a compõe. Também o vemos nas comunidades individuais, na maneira como as comunidades, os superiores ou cada um dos monges e monjas vivem ou não vivem a fidelidade ao carisma, muitas vezes sem sequer perceberem que são infiéis.

Então, é urgente recomeçar da primazia da caridade expressa na *CC*. Mas devemos primeiro entender o que isso significa e como nossos pais o destacaram e viveram em sua relação com o nosso carisma.

## A caridade é unidade

A CC é impregnada pela consciência de que um carisma permanece vivo se o corpo eclesial de pessoas e comunidade que é chamado a encarná-lo permanece unido. Sem unidade, o corpo não vive. Mas a unidade dos membros de um corpo não consiste em fazer as mesmas coisas, porque cada membro tem uma função diferente, nem em apenas estar próximos uns dos outros. A unidade de um corpo é a própria vida, a vida do corpo, que é um mistério que, por si mesmo, o corpo não consegue explicar. Ora, a vida do corpo da Igreja e de toda comunidade eclesial, é a caridade. A caridade une a diversidade dos membros em um corpo vivo. Um corpo morto se decompõe e se divide. A caridade é essencial, tem um primado na Igreja porque sem ela todo o corpo eclesial morre. Morre se se separa da unidade com a Igreja universal. Morre se os membros se separarem entre eles.

Por que isso? Porque sem a caridade, somos separados de Deus, de Deus que é caridade (cf. 1 Jo 4, 8. 16). Nada vive se for desligado d'Aquele que dá vida comunicando o Espírito Santo, "que é Senhor e dá a vida", como dizemos no Credo.

Todo grupo humano, também eclesial, arrisca, mais cedo ou mais tarde, a querer assegurar a própria unidade somente por meio de leis, de formas, de observância de certos deveres ou apenas com sentimentos. Mas então a unidade não é mais carismática, dom de Deus, mas humana, social, jurídica, formal, sentimental. Não é mais a unidade da vida que faz de um grupo um corpo, uma pessoa com uma identidade própria.

Por esta razão, nossos pais afirmam desde o início da CC que sua preocupação é transmitir a seus descendentes não só graças a que acordo e de que maneira a Ordem deve permanecer unida, mas com qual caridade a unidade se mantém: "... *quo pacto, quove modo, immo qua caritate monachi eorum per abbatias in diversis mundi partibus corporibus divisi, animis indissolubiliter conglutinarentur* – ... de qual pacto, por qual modo de vida, ou antes por que tipo de caridade se deviam unir indissolivelmente em espírito, seus monges corporalmente espalhados pelas abadias em diferentes pontos do mundo" (CC Pref.)

A caridade não é apenas um pacto, uma aliança, ou um modo, um método, para manter a unidade, mas é a própria unidade.

O que nos mantém unidos é, portanto, um princípio que não vem de nós. Há sempre um elemento que nos escapa na construção da comunidade, ou da Ordem, porque não é obra nossa, não é apenas um pacto, um acordo entre nós, nem apenas um modo de viver ou fazer que concordemos entre nós. Só a caridade nos permite viver e construir na unidade.

É, portanto, uma questão de criar entre nós mesmos, ou melhor: de reconhecer entre nós um pacto e um modo que não se limite a empenhar-se a criar a unidade da vida do corpo, a unidade na vivência do carisma, mas que *acolha* esta unidade, que a peça e a receba, e a encontre quando for perdida.

Na *CC* vê-se que nossos pais ainda estavam plenos da consciência de que o que estava acontecendo com a fundação de Cister e as fundações sucessivas era uma graça, um dom, era obra de Deus. Entendiam que, por causa de sua fragilidade, seu pecado, arriscavam-se a arruinar esse dom, sufocar esse carisma, enterrar esse talento. Entenderam que, para permanecer fiéis ao dom da nova vida que animava o movimento do qual se encontravam como protagonistas, precisavam pedir a vida e acolhê-la de novo e de novo. E sabiam que esta vida é a caridade, a comunhão na caridade, isto é, a comunhão entre nós animada pelo amor de Deus, pelo Espírito Santo.

## **Conservar a caridade**

No fundo, a *CC* retoma a preocupação que São Bento expressa no final do prólogo da Regra: "Devemos, pois, constituir uma escola de serviço do Senhor. Nesta instituição esperamos nada estabelecer de áspero ou de pesado. Mas se aparecer alguma coisa um pouco mais rigorosa, ditada por motivo de equidade, para emenda dos vícios ou conservação da caridade não fuja logo, tomado de pavor, do caminho da salvação." (RB Prol. 45-48)

Precisamos ser corrigidos para conservar a caridade, para proteger a caridade (*propter ... conservationem caritatis*). A caridade é como uma chama que nossos vícios ameaçam sufocar. Também na *CC* se insiste que lutemos especialmente contra um vício: a avareza, querendo aproveitar-nos dos outros para acumular a si mesmos. E a *CC* diz que isso é idolatria, o que significa que, em vez disso, a caridade é a verdadeira adoração de Deus.

Quando estamos perdendo tudo, quando tudo está arruinando, como às vezes parece nos tempos atuais de nossas Ordens e da Igreja, o que devemos salvar? O primado da caridade, agora mais do que nunca, deveria significar que, mesmo se perdermos tudo devemos procurar salvar sempre e antes de tudo a caridade, devemos proteger pelo menos o fogo sagrado da caridade.

Muitas vezes noto isso em nossas comunidades: nos preocupamos em salvar mosteiros, edifícios, bens, tradições, obras, certo estilo de liturgia, etc., mas muitas vezes tudo isso em detrimento da primazia da caridade, em detrimento da unidade na caridade. É como se perder a caridade, a comunhão, fosse menos grave do que perder uma observância, uma tradição, um edifício.

Nós realmente precisamos nos perguntar, aproveitando o "Jubileu" da *CC*, e, portanto, da Ordem e da Família Cisterciense, devemos nos perguntar: Como se conserva a caridade entre nós, entre os mosteiros, as pessoas, e até mesmo entre as Ordens e Congregações?

Entender isso é importante porque é como se o carisma cisterciense fosse exatamente isso, coincidindo com isso: um pacto, isto é, uma aliança e um modo de ser monges juntos, um modo de estar unidos, que se preocupa principalmente com a guarda, a conservação *da caridade*.

A *CC*, como a Regra de São Bento, dá indicações essenciais para nos permitir preservar sempre a caridade; dá-nos indicações para permitir que uma pequena chama, que talvez esteja apagando, que já produz mais fumaça do que luz, reviva sempre de novo.

Sublinho, então, alguns aspectos da *CC* que me parecem particularmente atuais para viver isso hoje, aspectos sobre os quais me parece necessário refletir hoje mais do que nunca para reavivar e transmitir a chama do carisma na situação atual da família cisterciense e monástica. Tentarei destacar como a *CC* concebe e pede para viver a primazia da caridade. Não quero exaurir os temas que serão tratados durante toda a sessão, mas simplesmente destacar alguns pontos da *CC* sobre os quais parece importante refletir hoje, se queremos também ser fiéis ao nosso carisma e transmiti-lo como experiência viva e não como uma teoria ou ideologia monástica, ou um simples estilo de vida, ou uma espiritualidade que não é necessária nem para nós, nem para a Igreja, nem para o mundo.

## **1. A caridade é uma paixão pela salvação das almas**

Desde o seu prefácio, a *CC* afirma que seu único propósito é "a caridade e o bem das almas [*animarum utilitatem*]". Então, em vários pontos, o tema da "salvação das almas" retornará, tanto como tema principal de cada Capítulo Geral, quanto como a razão última da correção ou da conversão daquele que se demonstrou infiel.

Falar do bem ou da salvação das almas, parece-nos uma linguagem antiquada, mesmo que provenha do Novo Testamento e da Regra de São Bento. Acho que devemos recuperar a sensibilidade para esta dimensão da vida cristã e, portanto, monástica, porque é basicamente um aspecto em que o que está em jogo é a profundidade do nosso relacionamento com Cristo Redentor e Salvador do homem.

A salvação da alma significa confiar-nos a Cristo até o fim de nós mesmos, até à totalidade de nossa pessoa e à pessoa dos outros. Preocupar-se e cuidar da salvação da alma, do bem da alma, é a forma mais profunda de amar a nós mesmos e aos outros em Cristo, porque não podemos querer para nós mesmos e para os outros um bem maior do que a salvação total que Cristo nos oferece. É por isso que a *CC* combina imediatamente a caridade e o bem das almas.

Quando a *CC* prescreve que os abades se reúnem todos os anos para antes de tudo "tratar a salvação de suas almas", não quer dizer então que estão fazendo um retiro espiritual, mas que se encontram para se ocupar daquilo que é mais importante para eles e para as comunidades. Somente a partir desse tema central todos os outros temas necessários podem ser tratados com veracidade.

Que a salvação das almas é então a razão para as correções e conversão de quem está em culpa, fosse até mesmo o abade de Cister, este é também um sinal da razão profunda, da caridade profunda que nos une e rege as relações entre nós.

## **2. A caridade corrige e perdoa**

Ligado a esta questão está o tema, muito presente na *CC*, das correções entre os abades, bem como nas visitas entre as comunidades. A Carta também estabelece protocolos, inspirados pelo Evangelho e pela Regra, para proceder à correção dos abades infiéis, sobretudo para corrigir o abade de Cister.

Este também é um ponto pouco praticado hoje, não porque não haja necessidade, ao contrário! Mas acho que seja porque a nossa caridade mútua perdeu sua intensidade, foi reduzida mais no sentido de uma gentileza que não quer perturbar do que um amor que tenha a coragem de "sofrer" pelo outro e também fazer o outro sofrer se isso for para seu próprio bem. Que pouca coragem temos de dizer a verdade, de manifestar ao menos a preocupação por um comportamento, uma atitude, um vício, que vemos prejudicar o outro e a sua comunidade!

No *Diário de um cura de aldeia* de Bernanos, o velho Cura de Torcy faz notar ao jovem padre: "O bom Deus não escreveu que devemos ser o mel da terra, meu menino, mas o sal".

Se a coragem de nos corrigir com misericórdia não é uma prática normal e franca nas comunidades e na Ordem, então quando se deverá realmente corrigir para culpas muito graves, será feito sem amor, e a correção não será acolhida.

Na *CC* deve também ser notado que a correção não vai apenas de cima para baixo, mas também de baixo para cima, isto é, é recíproca também em relação aos superiores que têm mais autoridade, como o abade de Cister.

## **3. A caridade não procura o seu interesse**

Outro ponto sobre o qual insiste a *CC* é que as relações entre os mosteiros, ou entre os abades e as comunidades que eles visitam, estejam livres da cobiça, isto é, sejam gratuitas, sem a pretensão de ganhar outro bem além da própria caridade, da comunhão fraterna, paterna e filial.

É também um ponto para não ser esquecido, porque quando se perde a gratuidade das relações entre mosteiros, entre superiores e entre todos os membros da Ordem, é como se se abandonasse o nível fraterno da caridade, da comunhão, e então as relações tornam-se frágeis: se o outro me interessa, se o outro me faz ganhar alguma coisa, então eu mantenho a relação, mas se não ganhar, a relação não me interessa mais. Significa, então, que o interesse material é mais importante que o interesse espiritual da comunhão na caridade e, portanto, mais importante do que estar unidos em Cristo. É claro que também precisamos pensar nas necessidades materiais, porque isso também é caridade, mas não devemos vincular a isso a importância e o valor das relações.

Hoje, porém, comparado com o que a *CC* diz, não são tanto os superiores ou as comunidades fundadoras que exigem ganhos materiais das fundações, mas um pouco o contrário.



É evidente que as fundações nos países mais pobres também precisam de ajuda financeira, e a *CC* no Capítulo VII prevê-se que no Capítulo Geral as comunidades muito pobres solicitem e recebam ajuda material; mas sabemos muito bem que muitas vezes a ajuda sempre garantida pelos países mais ricos impediu que as fundações dos países pobres desenvolvessem uma economia madura, de modo que, depois de décadas, é como se estivessem sempre vivendo de rendas. Isso não é caridade, porque a verdadeira caridade promove o crescimento da responsabilidade.

Mas também é verdade que muitas vezes as comunidades mais ricas fundam também com um interesse, por exemplo, de obtenção de vocações dos países mais pobres onde estas ainda existem, e isso também não é gratuidade.

A *CC*, portanto, pede um exame sincero das intenções do coração em nossos relacionamentos e adverte severamente contra o perigo da avareza, de qualquer tipo, que é idolatria.

#### **4. A caridade acompanha**

A grande insistência da *CC* é então o que eu chamaria de "acompanhamento recíproco", ou "caminhar juntos", que é o sentido etimológico da palavra "sinodalidade", muito atual na Igreja hoje.

É basicamente essa caridade que permitiu que o movimento cisterciense permanecesse, bem ou mal, na unidade, ou de regenerá-la sempre de novo até os dias de hoje.

A *CC*, insistindo na fidelidade ao encontro de todos os abades do Capítulo Geral, em visitas regulares ou fraternais, na responsabilidade com as filiações, na correção e punição daqueles que, por orgulho ou indiferença, negligenciam esses momentos de comunhão, deram à Ordem os instrumentos essenciais para crescer numa unidade sinodal, de caminhar juntos, no diálogo e na abertura à correção constante.

Eu acho que o parágrafo central, que me parece sintetizar todos os temas da *CC*, é aquele em que estabelece o Capítulo Geral:

"Todos os abades dessas Igrejas virão uma vez por ano ao Novo Mosteiro, no dia que tiverem combinado entre si. Neste capítulo eles tratarão da salvação de suas almas: decidirão sobre aquilo que deve ser corrigido ou acrescentado na observância da santa Regra e das prescrições da Ordem; restabelecerão o bem da paz e da caridade mútua." (VII, 2).

Sabemos que, no curso da história da Ordem, nem sempre fomos fiéis ao carisma e às ferramentas para viver juntos essa fidelidade, ajudando-nos uns aos outros. Mas estas palavras, estas disposições, este pacto de aliança e o modo de vivê-lo, atingem-nos hoje e nós os sentimos como algo verdadeiro e atual. E descobrimos que aqueles que negligenciam o caminho comum da Ordem, mesmo se acreditam fazer melhor ou mais do que os outros, com o tempo se tornam tépidos, porque perdem o fogo da caridade. A tepidez no fundo significa que temos a temperatura do ambiente em que nos encontramos, que temos a temperatura do mundo e não aquela do Reino de Deus.

Essa tepidez no viver a vocação e a missão cistercienses nasce também quando esses instrumentos para caminhar juntos não são vividos nas comunidades individuais. Cada comunidade basicamente deve refletir, na sua proporção, o que a *CC* prescreve para toda a Ordem. Também em cada comunidade é importante e vital manter aceso o fogo da caridade através do diálogo comunitário que visa a salvação das almas, mediante a correção fraterna, etc., no espírito da Regra de São Bento.

## **5. Caridade é comunhão em oração**

Por fim, sublinho um aspecto da *CC* que foi colocado em evidência com discrição, mas também com decisão, e talvez seja o mais importante de todos: a unidade na oração.

No Capítulo 3, partindo do fato de que os monges dos vários mosteiros cistercienses se visitam e se acolhem reciprocamente, a Carta prescreve que “os costumes, o canto e todos os livros necessários para as horas diurnas e noturnas, bem como para as missas, sejam conformes àqueles do Novo Mosteiro, de sorte que não haja nenhuma discordância em nossos atos, mas que vivamos uma só caridade, sob uma Regra e segundo costumes semelhantes”.

Notamos, em primeiro lugar, que a razão para essa conformidade é o *acolhimento*, isto é, que todos os membros da Ordem se sintam em casa em todos os mosteiros, sintam-se em família. Não se trata de uma conformidade formal, mas substancial, porque a *CC* insiste que os monges de outros mosteiros se sintam acolhidos especialmente na oração, na Eucaristia, isto é, que eles possam juntar-se à oração comum sem dificuldade. Isto significa que a *CC* não se preocupa tanto que todos se movam no mesmo modo e façam os mesmos gestos, mas que os mesmos costumes e as mesmas formas litúrgicas permitam ser concordes na oração, partilhar o louvor de Deus e a súplica à sua Misericórdia.

Com efeito, é na oração comum que a caridade se expressa nas suas duas grandes dimensões, aquelas da Cruz: a comunhão com Deus e a comunhão fraterna. A caridade que o carisma cisterciense, fiel ao carisma de São Bento, quer cultivar e conservar entre os mosteiros, superiores, monges, monjas, é essencialmente a coincidência entre a comunhão com Deus Pai e a comunhão fraterna que em Cristo crucificado e ressuscitado tornou-se possível no dom do Espírito Santo.